

Financiamento do "Desenvolvimento" ..e o desmantelamento das proteções sociais e ambientais

Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMD)

BMD são grandes bancos compostos e geridos por seus países membros. Esses bancos financiam investimentos de setores públicos e/ou privados em nome do "desenvolvimento". Alguns possuem foco regional, outros setorial. Globalmente, os BMD tem grande impacto nos investimentos de todas as áreas da economia e sociedade - de programas sociais e reformas legislativas a programas de infraestrutura e integração comercial.

- BM: Banco Mundial
- IFC: Corporação Financeira Internacional
- BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento
- CAF: Banco de Desenvolvimento da América Latina
- BAfD: Banco Africano de Desenvolvimento
- BAD: Banco Asiático de Desenvolvimento
- BAII: Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura
- BEI: Banco Europeu de Investimento
- BERD: Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento
- NBD: Novo Banco de Desenvolvimento (BRICS)
- IDB: Banco Islâmico de Desenvolvimento
- E muitos outros!

Parcerias Público-Privadas

Enquanto grandes projetos de infraestrutura ou de serviços sociais tem sido tipicamente financiados como obras públicas, existe atualmente uma crescente tendência de financiamento desses projetos por meio de Parcerias Público-Privadas (PPPs) entre governos, instituições de financiamento ao desenvolvimento e investidores privados. Enquanto as PPPs permitem aos governos atrair investimento privado, elas também podem trazer consequências negativas, incluindo isenções fiscais ou aumentos nas taxas cobradas dos usuários. O público acaba suportando o risco dos investimentos privados, enquanto as corporações ganham controle sobre bens e serviços públicos.

Bancos Nacionais de Desenvolvimento e Agências de Investimento

Esses bancos e instituições fazem uso de fundos públicos para promover o "desenvolvimento" nacional e/ou assistir as empresas domésticas a fazerem investimentos fora do país ou fechar negócios de exportação

- BDC: Banco de Desenvolvimento da China
- JICA: Agência Internacional de Cooperação do Japão
- BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Brasil)
- OPIC: U.S. Overseas Private Investment Corporation
- KfW: Banco de Desenvolvimento Alemão
- FMO: Empresa de Financiamento ao Desenvolvimento dos Países Baixos
- India Exim: Banco de Exportação-Importação da Índia
- China Exim: Banco de Exportação-Importação da China
- DBSA: Banco de Desenvolvimento da África do Sul
- E muitos outros!

Fundos Monetários

Essas instituições concedem empréstimos a países em crise na tentativa de estabilizar o sistema monetário internacional. Contudo, no caso do FMI, os acordos de empréstimos podem exigir dos países beneficiários dos empréstimos a realização de mudanças de políticas de caráter neoliberal, tais como o enfraquecimento das proteções laborais ou dos programas de segurança social, ou a adoção de medidas de austeridade ou programas de ajuste estrutural.

- FMI: Fundo Monetário Internacional
- CRA: Acordo de Contingência de Reserva (BRICS)

Acordos de Livre Comércio

Como uma condição para os acordos de livre comércio os países frequentemente modificam suas leis e regulações para garantir que as empresas transnacionais tenham segurança nos seus investimentos. Se uma empresa sente que seus lucros foram diminuídos por causa de uma regulação pouco permissiva, elas podem processar o país em um mecanismo do Banco Mundial que se chama Centro Internacional para Resolução de Disputas sobre Investimentos, por milhões de dólares.

Leis e regulações nacionais/domésticas

Ao longo de décadas movimentos sociais tem lutado pela criação de leis e regulações nacionais para governar o financiamento e implementação das atividades de desenvolvimento. Esse arcabouço nacional inclui leis trabalhistas, requisitos para avaliações de impacto ambiental, proteções para o direito à terra e aos recursos naturais, regulação sobre a saúde pública e leis sobre acesso à informação e consulta, dentre outras. Também inclui regulações tributárias, oferta de serviços públicos e medidas para a prevenção de monopólios. Esse arcabouço é fundamental para garantir que os investimentos efetivamente resultem em desenvolvimento e não prejudiquem os direitos humanos. Infelizmente, hoje observamos uma tendência alarmante de desmantelamento das proteções nacionais nos âmbitos social e ambiental, num esforço de atrair maiores investimentos mais rapidamente. Veja a seguir alguns exemplos.

Respeite nossos Direitos Humanos!

Isso não é desenvolvimento!

Sociedade Civil

Uma sociedade civil ativa é vital para garantir que os processos de desenvolvimento correspondam às necessidades das pessoas, sejam transparentes/monitorados e respeitem os direitos humanos. Contudo, o espaço para participação popular dentro dos processos de desenvolvimento tem se tornado cada vez mais limitado. Em 2014 a sociedade civil estava sob ameaça em mais de 96 países. Em 2015 viu-se restrições contra as organizações da sociedade civil na Rússia, Índia, Camboja entre outros. Medidas criminalizando povos indígenas e outros direitos humanos e defensores ambientais continuaram, junto com restrições à liberdade de expressão e dissensão.

Salvaguardas dos Bancos de Desenvolvimento

Sob pressão da sociedade civil, os bancos de desenvolvimento têm adotado políticas socioambientais (às vezes referidas como salvaguardas), as quais estabelecem padrões de boas práticas para projetos de desenvolvimento. Elas podem requerer consultas com as comunidades afetadas, o acesso à informação ou mecanismos de responsabilização e prestação de contas (accountability) e outras medidas para prevenir danos às comunidades e ao meio ambiente. Entretanto, em muitos casos essas políticas são ignoradas. Além disso, nos últimos anos tem havido pressão para que as salvaguardas sejam flexibilizadas com o objetivo de facilitar os investimentos. Países beneficiários alegam que já possuem suas próprias leis e regulações para proteger as comunidades e o meio ambiente, porém, vemos que muitos países não possuem leis domésticas adequadas ou, ainda, quando as têm, estas não são implementadas ou estão sendo enfraquecidas.

México

Em 2014 o governo mexicano promulgou a chamada "Reforma da Energia", a qual modificou e criou novas leis sobre petróleo e gás, eletricidade, energia geotérmica, água e mineração, bem como leis trabalhistas, de meio ambiente, investimento estrangeiro e regularização fundiária. A reforma enfraqueceu as leis trabalhistas, proteções à saúde e educação entre outras. Além disso, criminalizou-se o protesto social e dezenas de defensores de direitos humanos foram presos.

Peru

Em 2014 o governo peruano aprovou uma lei que estabeleceu medidas fiscais, simplificou regulações, energizou investimentos privados e flexibilizou procedimentos e licenciamentos ligados a projetos de desenvolvimento. A lei restringiu a avaliação e regulação dos impactos ambientais pelo governo ao estabelecer curtos prazos para a certificação ambiental dos projetos de investimento. O governo propôs uma lei para refazer os limites de uma área protegida para facilitar um investimento em infraestrutura. Em 2015 outra lei reduziu os padrões ambientais ainda mais. Esse enfraquecimento significativo do arcabouço legal ambiental doméstico foi feito com pouca transparência e participação popular.

Brasil

Nos últimos anos o Brasil tem enfraquecido suas proteções ambientais e sociais numa escala alarmante. O Código Florestal de 2012 eliminou requisitos de que proprietários mantenham as áreas de conservação e a quantidade de mata nativa. O código criou uma espécie de anistia para desmatamento, inclusive para aqueles que praticaram atividades de agricultura ilegais em áreas protegidas. A mudança beneficiou a expansão do agronegócio e do desmatamento e aumentou a pressão sobre os territórios indígenas.

Tunísia

Recentemente o governo tunisiano introduziu uma série de projetos de reforma legal destinados a atrair investimentos privados e facilitar parcerias público-privadas. Tais propostas, algumas elaboradas diretamente por BMDs, podem facilitar a privatização de vários setores da economia da Tunísia, de saúde e educação à energia. Esse processo de reforma, impulsionado por bancos, compromete a incipiente democracia da Tunísia, silenciando a voz dos cidadãos em importantes decisões.

Egito

O Banco Mundial e o FMI deram assistência ao Egito tanto antes como depois da primavera árabe, pressionando sucessivos governos egípcios a eliminar subsídios para alimentos e combustíveis, sob argumento de que tais subsídios eram ineficientes e distorciam o mercado. Muitos egípcios de baixa e média renda, no entanto, dependiam desses subsídios para poderem suprir suas necessidades básicas. Sem o desenvolvimento de robustas estruturas de apoio social e criação de empregos alternativas, a contínua eliminação dos subsídios ameaça a aumentar a pobreza e estimular conflitos sociais.

África do Sul

Em 2010 o governo sul-africano aprovou a Lei de Desenvolvimento de Infraestrutura (Infrastructure Development Act) com o objetivo de acelerar o desenvolvimento de infraestrutura e facilitar projetos "estratégicos" por meio da eliminação de requisitos procedimentais. Enquanto esses projetos de mineração, aeroportos, portos e outras formas de infraestrutura carregam riscos sociais e ambientais significativos, a Lei estabelece prazos compulsórios para implementação, inibindo consideravelmente qualquer forma de análise de impactos sociais e ambientais ou de consulta pública. Além disso, a Lei confere ao governo ainda mais poder para expropriação de terras para atividades desenvolvimentistas.

Índia

Em 2015, sob pressão das empresas, do Banco Mundial e do FMI, o governo indiano criou a chamada Land Ordinance (Regulamento da Terra) para retirar a obrigação de que os investidores devam obter o consentimento das comunidades locais e conduzir análises de impacto social e ambiental durante o processo de aquisição da terra. Se for aprovada, aumentará ainda mais o já expressivo número de 50 milhões de pobres e marginalizados deslocados em razão de desenvolvimento na Índia nos últimos 50 anos.

Indonésia

Em 2012, com a assistência do Banco de Desenvolvimento Asiático, a Indonésia aprovou a Lei de Aquisição de Terra para Desenvolvimento, com proteções inadequadas quanto a direitos fundiários, como os requisitos de compensação e proteção contra despejos forçados. Em 2015 a Indonésia emendou a lei para induzir maior desenvolvimento em infraestrutura e expandir as parcerias público-privadas. A emenda deu às empresas privadas novos poderes para financiar aquisição de terras, aumentando consideravelmente o potencial para grilagem de terra.

Geórgia

Desde 2007 o governo da Geórgia tem diluído significativamente a legislação ambiental doméstica para permitir a extração de recursos naturais e o desenvolvimento de grandes projetos de infraestrutura e energia sem análises de impacto social e ambiental. Agora, se esses projetos se sobrepujarem a áreas legalmente designadas como áreas protegidas, os mapas das áreas protegidas são alterados, abrindo caminho para o "desenvolvimento". Por meio dessas mudanças a participação popular nos processos decisórios ligados a desenvolvimento foi enfraquecida junto com a autoridade ambiental do Estado.

Ucrânia

Em 2011 o governo ucraniano criou a "Regulação de Desenvolvimento Urbano" a qual praticamente eliminou o sistema nacional de análise de impacto ambiental, não mais exigindo análises compulsórias ou a aprovação da autoridade ambiental pública para atividades com alto risco ambiental. Em 2014 para melhorar o "ambiente empresarial" uma moratória foi imposta nas inspeções ambientais. Agora novos projetos de infraestrutura têm continuidade sem a devida análise ambiental e mitigação de impactos e sem a devida participação pública.

Grécia

Em 2015 a Comissão Europeia, o Banco Central da Europa e o FMI aumentaram a imposição de ajustes estruturais na Grécia em razão de suas dívidas. O resultado foi uma erosão dos direitos humanos, aumento de impostos, o encolhimento de serviços sociais como saúde, educação e pensões além de mais privatizações. O povo grego rejeitou as reformas não referendo histórico. Entretanto, o governo e os credores posteriormente acordaram em aplicar a maioria dos ajustes de qualquer forma.

Espanha

Em 2012 o fardo da dívida pública levou a Espanha a privatizar serviços de saúde e educação, reduzir salários e pensões e estabelecer cotas para acesso à justiça. Como resultado a pobreza cresceu. Fora isso, houve a ascensão de um movimento popular contra as políticas de ajuste estrutural impostas pelas instituições financeiras. Em resposta o governo aprovou a Lei Mordaza, criminalizando protestos e mobilizações sociais contra o governo e as polícias.